



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Segundo as notícias, uns pais inscreveram o seu filho num centro de explicações, mas ao fim de uma semana, descobriram algumas inflamações duvidosas no corpo da criança. Esta respondeu que eram resultado das reguadas que lhe tinham dado nas mãos. Os pais foram pedir explicações e o funcionário do centro em causa respondeu que está a explorar o negócio sem a devida licença, por isso, o centro não está sujeito à fiscalização dos serviços competentes. Os pais queixaram-se junto dos serviços públicos responsáveis pela pasta da educação, e em resposta à sua queixa, aqueles serviços afirmaram que é difícil proceder ao acompanhamento adequado do centro em questão devido à falta de licença.¹ Mais tarde, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude tomou a iniciativa de dar uma resposta, na qual refere que não tem competências para fiscalizar os serviços de transporte de crianças, e que só se realizam vistorias e acompanhamentos quando alguém apresenta queixa, evitando-se assim que os centros de explicações continuem a funcionar sem a devida licença. Esta Direcção está a aperfeiçoar o “Regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares”, sugerindo a inclusão dos serviços de transporte de crianças no âmbito da fiscalização, no entanto, não há ainda uma

¹ Macau Daily News, página A6, 24 de Março de 2014.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

calendarização concreta para a conclusão desse trabalho.²

Hoje em dia, a criação de salas de estudo, salas de explicações e centros de explicações por particulares é essencialmente regulada pelo Decreto-lei n.º 38/98/M, “Regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares”. Este regime já entrou em vigor há mais de dez anos. Há alguns anos, os jornais deram conta de situações de alunos abandonados pelos centros³ e de abuso sexual de crianças por parte de trabalhadores de alguns centros de explicações⁴. Os serviços competentes responsáveis pela pasta da educação afirmaram que iam rever a lei e que já realizaram, em Abril de 2009 e 2010, duas auscultações. Também afirmaram muitas vezes que o diploma ia ser divulgado em finais de 2010, mas o assunto já se arrasta há cerca de cinco anos e nada se vê quanto à divulgação do referido diploma.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. A divulgação do novo regime sobre as salas de explicações arrasta-se há mais de cinco anos. Porque é que está a demorar tanto tempo e ainda não foi divulgado? Existe alguma calendarização para a divulgação desse regime? Vai proceder-se à inclusão dos serviços de transporte de crianças no âmbito da fiscalização?
2. Actualmente, são muitas as famílias em que ambos os cônjuges

² Macau Daily News, página B2, 25 de Março de 2014.

³ Jornal Va Kio, notícias de Macau, 14 de Outubro de 2009.

⁴ Cheng Pou, página P01, 27 de Novembro de 2009.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

precisam de trabalhar, por isso, existem necessidades reais no âmbito dos serviços de transporte e de acolhimento de crianças. Existe alguma lei ou algum regime de licenciamento para os estabelecimentos que proporcionam serviços de transporte, acolhimento e vigilância? Que medidas é que os serviços competentes vão tomar para reforçar a fiscalização aos centros de acolhimento e aos serviços de transporte de crianças, a fim de salvaguardar que estas usufruam de serviços de acolhimento seguros e com qualidade?

11 de Abril de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Chan Hong